

JULHO 2026

191ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

AMEAÇA FANTASMA

Quais as chances de uma ação militar dos EUA no Brasil, como o governo Lula sugere

Foto: Imagem criada com ChatGPT/Gazeta do Povo



Ex-catador de papelão empreende e cria negócio que fatura R\$ 100 milhões

Razzo: Para calar a fé dos outros, a promotora impôs o seu dogma

Índice

Editorial: Omissão de Paulo Gonet já é vergonha internacional **04**

Francisco Razzo: Para calar a fé dos outros, a promotora impôs o seu dogma **12**

Ricardo Gomes: Chega de lições de moral e teses sociológicas sobre a derrota do Brasil **20**

Quais as chances de uma ação militar dos EUA no Brasil **27**

Dossiê Moraes e Toffoli: o que tinha no documento criado por perito da PF **37**


Com rombo bilionário, Previdência das Forças Armadas entra na mira de nova reforma **52**

Ex-catador de papelão empreende e cria negócio que fatura R\$ 100 milhões **65**



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)

GAZETA DO POVO



CONHEÇA O SABER

Temas fundamentais não podem passar despercebidos. Acesse a homepage da Gazeta do Povo com conteúdos aprofundados e para reflexão

ACESSE AGORA!



Paulo Gonet insiste em não investigar o contrato de R\$ 129 milhões entre Vorcaro e o escritório da esposa de Moraes. (Foto: ChatGPT em foto de Victor Piemonte/STF)

EDITORIAL

Omissão de Paulo Gonet já é vergonha internacional

A ONG anticorrupção Transparência Internacional criticou duramente o procurador-geral da República, Paulo Gonet, por

não fazer absolutamente nada a respeito do escandaloso contrato de R\$ 129 milhões assinado entre o Banco Master, de Daniel Vorcaro, e o escritório Barci de Moraes, da esposa do ministro do STF Alexandre de Moraes. “A inação da PGR se torna mais grave a cada nova revelação”, afirmou a entidade em sua conta em português no X, depois de dizer que “o grau de informalidade com que se tramitou um contrato de R\$ 129 milhões é estarrecedor e só aumenta as suspeitas – que já eram mais que suficientes para a abertura de uma investigação própria”.

O comentário foi feito na esteira de novas revelações a respeito das negociações para a assinatura do contrato. Segundo o jornal O Estado de S.Paulo, Vorcaro e a advogada Viviane Barci de Moraes conversavam diretamente pelo WhatsApp, e fora ela quem enviou ao banqueiro a

minuta do documento, em janeiro de 2024. As conversas estão em um dos celulares de Vorcaro apreendidos pela Polícia Federal. O valor seria pago em parcelas mensais de R\$ 3,6 milhões, e outras mensagens indicam que Vorcaro dava prioridade total a essa despesa, mesmo quando o Banco Master já começava a afundar devido à insustentabilidade de suas estratégias agressivas de captação de investidores. O contrato original, no entanto, não foi inteiramente quitado, e os investigadores já encontraram a minuta de um outro contrato, no valor de R\$ 50 milhões – o que faltaria para ser pago na negociação de 2024 –, entre uma empresa de Vorcaro e o escritório Barci de Moraes, mas que não chegou a ser assinado.

Nem mesmo o mais empedernido libertário haveria de defender que se trata apenas de uma

negociação entre dois entes privados, nos quais um deles, detentor de uma fonte inesgotável de dinheiro, resolveu pagar muito mais que o habitual por esse tipo de serviço sabe-se lá por que motivos, e que por isso o Estado não deveria se intrometer.



Ao mirar apenas o vazamento e ignorar o conteúdo das negociações entre Vorcaro e a esposa de Moraes, Gonet se comporta como se a missão da PGR fosse garantir a paz das autoridades, e não a defesa do interesse público

Estamos falando de alguém apontado como o chefe de um esquema de fraude financeira bilionária, que ofereceu valores muito superiores

aos cobrados pelas melhores bancas de advocacia do país a um escritório cujo maior trunfo não é a expertise de seus membros, mas um sobrenome – o mesmo de um integrante do principal tribunal do país. E já se sabe que, no mínimo, Vorcaro conseguiu acesso privilegiado a Moraes, a ponto de trocar mensagens com o ministro perguntando-lhe sobre investigações, com direito a um “conseguiu bloquear?”, horas antes de ser preso pela primeira vez.

Para qualquer pessoa que não tenha o desconfiômetro totalmente quebrado, essas circunstâncias mereceriam ao menos uma investigação. Por que Vorcaro pagou todo esse dinheiro ao escritório Barci de Moraes se poderia ter contratado bancas muito mais experientes e renomadas a um valor menor? Ele estaria tentando comprar influência ou proteção para

não ter de responder pelos crimes financeiros de que é acusado? E, se a resposta for “sim”, o que Vorcaro de fato recebeu em troca, ainda que hoje esteja preso (embora não falte quem trabalhe para anular toda a Operação Compliance Zero, mais cedo ou mais tarde)? São perguntas que, em uma sociedade normal, que não abafa seus escândalos, já teriam colocado o poder público para trabalhar em busca das respostas. Mas não no Brasil, onde o procurador-geral Paulo Gonet arquivou um pedido de investigação em dezembro do ano passado, afirmando que não via “qualquer ilicitude”.

O mesmo Paulo Gonet, recorde-se, que também participou de uma degustação muito exclusiva de um uísque caríssimo, bancada por Daniel Vorcaro em Londres. O mesmo Gonet que ofereceu denúncia contra o perito Eduardo Tagliaferro por

ter divulgado os descalabros cometidos dentro do “Ministério da Verdade” instalado no TSE presidido por Moraes. O mesmo Gonet que denunciou a família Mantovani pelo entreviro do aeroporto de Roma, sem o menor elemento factual que justificasse as acusações. O mesmo Gonet que denunciou no atacado centenas de brasileiros pelos atos de 8 de janeiro de 2023, sem a necessária individualização de conduta.

Pelo andar da carruagem, o único que deve terminar pagando o pato será o perito criminal da Polícia Federal apontado como o autor dos vazamentos pelos quais o Brasil soube não apenas do megacontrato entre Vorcaro e Viviane Barci, mas também dos negócios envolvendo o resort Tayayá, implicando o ministro Dias Toffoli. Mesmo considerando que de fato tenha havido o crime de violação de sigilo funcional, previsto no

Código Penal (e até isso é controverso, pois também se pode argumentar que ele agiu como o chamado whistleblower), isso não torna falsas as informações divulgadas, nem reduz a gravidade do escândalo. Ao mirar apenas o vazamento e ignorar seu conteúdo, Gonet se comporta como se a missão da PGR fosse garantir a paz das autoridades, e não a defesa do interesse público. A continuar nesse ritmo, será preciso questionar quando a omissão do procurador-geral se tornará prevaricação.



[Voltar ao índice](#)



Em evento, promotora afirma que “a fé é um direito privado que não deve ser estendido a outras pessoas em um evento público”. (Foto: Acterj / Reprodução vídeo)

OPINIÃO

Francisco Razzo

Para calar a fé dos outros, a promotora impôs o seu dogma

A cena é de Duque de Caxias, numa sexta-feira. Um grupo de crianças se apresenta num fórum de conselheiros tutelares. Enquanto a molecada

troca de figurino, o instrutor lê um poema sobre o abraço de Deus. Uma promotora de Justiça pega o microfone e anuncia à sala que aquilo é inconstitucional. A plateia responde “Oba!” Alguém solta um “Ê, ê”. E ela carimba a palavra: inconstitucional. Uma criança fantasiada, um poema sobre um abraço, e a máquina do Estado convocada para decretar ilegalidade, com torcida organizada.

Há um fundo quase defensável na intuição dela. O Estado não professa religião oficial, e, por isso, não deve obrigar ninguém a rezar, não deve premiar o crente e punir o ateu. Isso se chama laicidade, e é uma conquista civilizacional, própria da cristandade. Só que não foi isso que a promotora defendeu. O que ela fez, como agente do Estado, foi exigir que particulares engolissem a própria fé pública dela. Invocou a liberdade

religiosa para caçar uma manifestação religiosa. A Constituição protege o culto e o direito de manifestá-lo, publicamente. Ela leu a parte que lhe convinha.



A promotora não defendeu a laicidade. O que ela fez, como agente do Estado, foi exigir que particulares engolissem a própria fé pública dela

Houve um tempo em que eu teria batido palma com a plateia, e com a convicção de um catecúmeno. Deus me parecia assunto de quarto fechado: mania particular que gente adulta guardava entre o travesseiro e a consciência. Levou tempo para eu desconfiar de que aquela certeza também era uma fé, e das mais

intolerantes. Quem já morou no culto o reconhece de longe.

O centro de tudo está numa frase que ela já trazia pronta: “a fé é um direito privado, que não deve ser estendido a outras pessoas num evento público”. Ela não argumenta a favor disso. Enuncia. Declara. É um axioma, e ela o trata como revelação. Quando o poeminha infantil violou o preceito, ofereceu como prova a própria ferida: estava “extremamente ofendida”, “assolapada por uma oração evangélica”. E a assembleia deu o amém. Um dogma se reconhece por três sinais: a proposição que não se prova, o escândalo que ocupa o lugar da prova, e o coro que confirma. Estavam os três ali, no salão. O que ela aplica é uma regra que os filósofos liberais chamam de razão pública: a exigência de que só entre no espaço comum aquilo que possa ser dito numa

língua neutra, aceitável por todos. Deus, nessa gramática, só é admitido se aceitar traduzir-se e, ao traduzir-se, desaparecer.

O truque está em supor que existe essa língua neutra por baixo de todas as outras, um chão sem crença sobre o qual as demais se depositam. Charles Taylor, filósofo canadense, deu nome à ilusão: a história da subtração, a fantasia de que, retirada a religião, o que sobra é a razão limpa. O que sobra é outra crença, disfarçada de ausência de crença, blindada contra o exame que exige de todas as outras.

A ironia é que ela imagina defender o liberalismo e traiu os melhores liberais. Tocqueville, que não era beato, viu na religião a primeira das instituições políticas da democracia americana, a

condição mesma da liberdade. Böckenförde, jurista nada suspeito de sacristia, cravou o teorema que envergonha o laicismo: o Estado liberal secularizado vive de pressupostos morais que ele próprio é incapaz de produzir. Até Habermas, no fim da vida, admitiu que a república precisa dos conteúdos de verdade que as religiões guardam e que a razão sozinha não fabrica. A promotora está muito mais à esquerda de Habermas na questão religiosa, e isso já é um feito. O filósofo britânico John Milbank diria, com alguma malícia, que o secularismo precisou ser inventado – ninguém o encontrou na natureza.

Falta o pior, que é o gesto de soberania autoritária. Carl Schmitt escreveu que soberano é quem decide sobre a exceção, e ela decidiu: “a senhora já teve a sua oportunidade de falar; agora

quem fala é o Ministério Público”. Sumariamente, determinou quem ali tinha voz e quem devia calar-se. Em vez de demonstrar a inconstitucionalidade, decretou-a e removeu o herege. É a velha teologia política que Schmitt farejava sob os conceitos do Estado moderno: o dogma, a heresia, a excomunhão. Trocou-se o incenso pela palavra “constitucionalidade”, a ladainha do salão.

Infelizmente, não tenho final consolador a oferecer, até porque devemos sempre desconfiar de um. Saí, há muitos anos, daquela igreja vazia que era o meu ateísmo niilista, para o mesmo chão da fé onde a promotora ainda pisa. Ela tem mais fé do que confessa; apenas não sabe o nome do deus a que serve. Quem já se ajoelhou diante desse mesmo deus mudo da neutralidade não se

indigna com ela sem se lembrar de si. A crença dela seria assunto de foro íntimo? Deixo a perguntinha retórica. Quando ela manda calar os demais, batiza de lei a própria liturgia e sai do salão convencida de ter sido uma pessoa razoável.



Autor: Francisco Razzo é professor e mestre em Filosofia. Autor de “Contra o Aborto” e “A Imaginação Totalitária” (Record), reuniu seus ensaios mais recentes na coletânea “Minha contribuição para tornar o mundo um lugar ainda pior” (Noétika), uma reflexão sobre a banalidade do heroísmo em uma era de incertezas. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Torcedores no Rio de Janeiro depois da derrota do Brasil para a Noruega, na Copa do Mundo. (Foto: André Coelho/EFE)

OPINIÃO

Ricardo Gomes

Chega de lições de moral sobre a derrota do Brasil

Que coisa impertinente a chuva de posts e textos sugerindo que devemos tirar lições da derrota do

Brasil na Copa. É claro que um acontecimento assim pode trazer ensinamentos sobre gestão de pessoas, filosofia de trabalho, cultura organizacional ou algum outro campo da convivência. Ou sobre a natureza do brasileiro, nosso modo de ser ou as diferenças geracionais entre os mais velhos e os mais jovens. E quem sabe se possa aprender sobre os efeitos das redes sociais e a ética de “influencer” sobre os jogadores. Talvez até se possa derivar algo de muito valioso na derrota. Contudo, é muito desagradável ter de tirar profundos aprendizados de algo que deveria justamente ser uma válvula de escape para os cansados brasileiros.

O futebol é, antes de tudo, paixão e entretenimento. É um espaço e um tempo que temos para justamente tirar a cabeça das mazelas

e dificuldades da vida. Ali, com a bola rolando, só importa isso: o jogo. E até a derrota deve ser única e exclusivamente a derrota no jogo. Se não for assim, o futebol não serve para ocupar o espaço dos nossos sofrimentos diários; ele termina se somando a eles e os multiplicando.

O dia a dia já é cheio de derrotas coletivas nesse nosso Brasil. Perdemos quando a Lava Jato foi arquivada, esfarelada. Perdemos quando o teto de gastos foi para as cucuias. Perdemos quando as redes sociais foram regulamentadas sem lei. Perdemos quando fomos tarifados por outros governos, sim, e perdemos muito mais quando fomos taxados por nosso próprio governo. Perdemos quando a Constituição é driblada. Perdemos quando as escolas formam analfabetos funcionais. Quando a produtividade e a renda não

alcançam o custo de vida... perdemos, perdemos e perdemos. Você já entendeu.



Do futebol, quero apenas alegria na vitória. E quero o sofrimento na derrota – assim, puro, despido de elocubrações. Dói perder, e alegra ganhar. E ponto

Por que assistir ao futebol, então? Para não pensar nisso tudo. Para desfrutar de uma pausa, de uma espécie de folga mental onde nada disso importa. Lá, no reino encantado da camisa verde-amarela, somos os melhores, ou podemos ser. No gramado, tudo pode acontecer. As causas e efeitos são imediatas, as emoções são plenas e inequívocas. Se fazemos o gol, a alegria é instantânea. Não tem “mas” nem “talvez”. Se

sofremos o gol, não há dúvidas, nem divergências. É ruim, e ruim pra todo mundo. Por isso é tão desagradável ler teses sociológicas a partir da eliminação para a Noruega. Sabemos que a Noruega é um país muito mais desenvolvido, educado, rico, seguro. Mais civilizado, até. Mas ali no campo, não interessa. Contra o Haiti ou a Noruega, nosso sentimento é o mesmo. Queremos a vitória, e poderíamos tê-la alcançado.

Na torcida estamos juntos. Amanhã ou depois voltamos às teses, às divisões, às divergências. Daqui a pouco pensaremos na eleição e na derrota ou vitória das urnas – essas, sim, sempre ensinam e ensejam tratados e artigos. Do futebol, quero apenas alegria na vitória. E quero o sofrimento na derrota – assim, puro, despido de elocubrações. Dói perder, e alegre ganhar. E

ponto. Vida de torcedor não é fácil, mas é relativamente simples – e ajuda a escapar da complexa vida de cidadão.

É por tudo isso que é imperdoável o que a Fifa e a CBF fizeram com o futebol. Estão tomando uma de nossas poucas câmaras de descompressão, e a estão mergulhando no mar de lama que já banha o resto de nossa vida em sociedade. Corrupção, política, a cor da camisa, o contrato de patrocínio, as bets, o ministro que nomeia dirigentes, tudo ao redor do futebol não nos deixa mais simplesmente desligar a cabeça e curtir o jogo.

Perdemos a partida, perdemos a Copa. Infelizmente, estamos perdendo nosso esporte, nosso lazer. E se o futebol brasileiro não for logo recuperado pelos que o amam como esporte, e

não só como negócio, ele não será nunca mais um entretenimento, uma diversão. O futebol já não poderá ser o que nos une. Ele será apenas mais um de nossos problemas.



Autor: Ricardo Gomes é CEO do Instituto Millenium. Foi vice-prefeito de Porto Alegre (2021-2024), onde também cumpriu mandado como vereador e foi secretário de Desenvolvimento Econômico. Foi presidente do Instituto de Estudos Empresarias (IEE) e da Rede Liberal da América Latina. É advogado e consultor. **Os textos do colunista não expressam,

necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Designação do PCC e CV como organizações terroristas estrangeiras gerou atrito entre governos do Brasil e EUA. (Foto: Daniel Torok/Casa Branca/Wikimedia Commons)

Lula X Trump

Quais as chances de uma ação militar dos EUA no Brasil

Por Isabella de Paula

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) abriu um novo capítulo na relação conturbada com a

Casa Branca nesta semana ao sugerir em uma avaliação que os EUA poderiam agir militarmente em território brasileiro para atingir as facções brasileiras classificadas como terroristas em junho, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). A administração de Donald Trump descreveu como "absurdas" as alegações expressas pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, em uma carta endereçada a parlamentares nos últimos dias de que a designação daria margem a ações extraterritoriais, algo que Washington rechaçou.

Desde que designaram o PCC e o CV como organizações terroristas, os EUA têm destacado que as facções oriundas do Brasil são atualmente uma das principais ameaças à segurança nacional. Recentemente, quando o Departamento do Tesouro anunciou sanções a brasileiros e

empresas sediadas em São Paulo com supostos vínculos com o PCC, o governo Trump descreveu a organização criminosa como a maior do Hemisfério Ocidental. Segundo o governo americano, o crime organizado do Brasil já conseguiu expandir suas atividades para países como Reino Unido, Turquia e Japão. Para evitar que ganhe terreno nos EUA, o governo Trump adotou as medidas contraterrorismo focadas em sanções financeiras para defender o povo americano dessas organizações que já passaram a atuar dentro do país - recentemente, o Departamento de Segurança Interna (DHS, na sigla em inglês) prendeu um ex-chefe do PCC e do CV durante uma abordagem da polícia de imigração na Carolina do Norte.

Para Márcio Coimbra, CEO da Casa Política, ex-diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal, o

apelo do governo Lula sobre um suposto risco de uma intervenção militar americana está mais baseado em uma retórica política instrumentalizada do que em um fundamento estratégico e geopolítico real. "A manifestação do Itamaraty reflete uma tentativa de desviar o foco das evidentes fragilidades internas na segurança pública e na contenção das facções, utilizando o clássico espantalho do intervencionismo estrangeiro para mobilizar narrativas ideológicas", avalia.

A professora de Direito da Estácio Carolina Montolli, especialista em Direito Internacional, pontua que não há base jurídica para uma intervenção militar em um país democrático e soberano como o Brasil. Portanto, o debate se baseia em um forte componente político e diplomático.

A jurista Ingrid Domingues-McConville explica à Gazeta do Povo que as medidas recentemente anunciadas pelos EUA têm validade somente dentro do território americano. "Quando os EUA anunciam sanções contra brasileiros suspeitos de ligação com o PCC, ou classificam essas facções como organizações terroristas, essas medidas produzem efeitos dentro do sistema jurídico e financeiro americano", sem possuir repercussão extraterritorial direta.

Quais mecanismos estão à disposição dos EUA para agir contra facções brasileiras

McConville aponta que o cenário atual de risco concreto é econômico, não territorial. A advogada que atua há mais de 30 anos nos EUA explica que sanções do tipo Ofac funcionam por efeito de rede, ou seja, bancos e empresas do mundo

inteiro passam a evitar quem está listado para não perder acesso ao sistema financeiro americano. "Uma pessoa ou empresa brasileira sancionada pode ficar isolada de fornecedores e correspondentes bancários mesmo sem qualquer decisão da Justiça brasileira. É essa a preocupação legítima, e foi por isso que o governo mencionou possíveis efeitos sobre o sistema financeiro nacional", diz.

O professor Murilo Borsio Bataglia, pró-reitor da Estácio Brasília e doutor em Direito Constitucional, destaca que os instrumentos jurídicos disponíveis para esse tipo de ação sinalizam uma atuação predominantemente indireta dos EUA no Brasil. Ele cita a Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional, incorporada ao ordenamento brasileiro pelo Decreto nº 5.015/2004, que prevê

cooperação internacional por meio do compartilhamento de informações, assistência jurídica mútua, investigações conjuntas, rastreamento de ativos, cooperação para lavagem de dinheiro e extradição, sempre mediante solicitação e autorização das autoridades competentes.

Nesse contexto, segundo o analista, a tendência é que os EUA intensifiquem medidas dentro de sua própria jurisdição, como o bloqueio e congelamento de bens, restrições financeiras, sanções econômicas e limitações à circulação de indivíduos que identifiquem como integrantes ou colaboradores de organizações criminosas, especialmente quando houver utilização do sistema financeiro americano ou ativos sujeitos à sua jurisdição.

Coimbra, por sua vez, afirma que além da esfera econômica, a principal forma de atingir esses alvos criminosos, os EUA podem endurecer a política migratória para atingir esses indivíduos e fechar de cooperação penal com o Brasil. Ele destaca que a força armada extraterritorial não seria uma opção cabível. "A legislação norte-americana confere poderes para a imposição de severas restrições de vistos e para a persecução penal de indivíduos que ofereçam suporte material ou logístico a esses grupos, operando por meio de pressões institucionais e de conformidade (compliance) que constroem as redes criminosas sem a necessidade de qualquer incursão territorial direta", afirma.

Em contraste com a relação conturbada com o Brasil, os EUA ampliaram suas parcerias estratégicas na América do Sul, desde o retorno de

Donald Trump à Casa Branca. Desde dezembro, quando Trump reorientou suas prioridades militares para a América Latina com a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, o governo americano conseguiu firmar diversos acordos com países sul-americanos.

Um dos primeiros foi a Argentina, liderada pelo presidente Javier Milei. Ele assinou um memorando de entendimento com a Casa Branca destinado a fortalecer as investigações contra o crime organizado transnacional. O documento autorizou a incorporação de um representante da Polícia Federal Argentina à "El Dorado Task Force", um grupo de trabalho americano integrado por diferentes agências e destinado a fortalecer as investigações contra o crime organizado. A Casa Rosada também ampliou alianças no âmbito comercial, abrindo caminho

para um maior acesso de Washington a minerais críticos, por exemplo.

Outro vizinho do Brasil, o Paraguai, também reforçou sua aliança com os EUA com uma parceria estratégica que permite o destacamento de militares americanos no país no chamado Acordo do Estatuto das Forças (Sofa, na sigla em inglês). Bolívia, Chile e Equador são outros exemplos de nações que firmaram acordos visando combater o crime organizado da região.



[Voltar ao índice](#)



PF aponta que perito no estado de Roraima acessou e compilou dados de citações aos ministros extraídos de celular de Vorcaro. (Foto: Rosinei Coutinho/STF)

Caso Master

Dossiê Moraes e Toffoli: o que tinha no documento criado por perito da PF

Por Juliet Manfrin

Uma investigação conduzida pela Polícia Federal, que ainda está em curso, identificou que o perito

criminal João Cláudio Nabas teria produzido, em dezembro de 2025, dois arquivos em PDF a partir de dados extraídos do celular do banqueiro Daniel Vorcaro, alvo da Operação Compliance Zero. Segundo os elementos reunidos pela corporação, os documentos batizados de "Moraes.pdf" e "Toffoli e esposa.pdf" eram espécies de dossiês com mensagens e menções aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e Dias Toffoli encontradas sobretudo no primeiro celular apreendido do ex-banqueiro. O documento não englobaria o conteúdo de mensagens enviadas pelos próprios ministros.

O perito não disse qual seria sua motivação. Mas a reportagem apurou que investigadores acreditam que ele agiu motivado por acreditar que os ministros não seriam investigados por terem muito poder. A ideia seria levar as informações a

público para que a pressão popular possibilitasse o início de uma investigação sobre Moraes e Toffoli. Mas até o momento eles não são investigados.

De acordo com a apuração policial comunicada na última semana ao ministro do STF, relator do caso Master, André Mendonça, constaria no material um compilado de conversas, contatos telefônicos e referências envolvendo Moraes, além de informações sobre Toffoli e sua ex-mulher, Roberta Rangel. Isso incluiria dados associados a negócios de familiares do ministro, como a participação em cotas de um resort de luxo no interior do Paraná que pertencia à família de Toffoli e o contrato milionário do escritório da esposa de Alexandre de Moraes, Viviane Barci de Moraes no valor de R\$ 129 milhões, com o Master.

Como os arquivos teriam sido produzidos

Nabas é especializado em crimes financeiros e foi chamado para reforçar a equipe da Operação Compliance Zero em novembro do ano passado, logo após a primeira fase da operação que mirou Vorcaro e culminou com a apreensão do primeiro e mais bombástico celular pessoal do ex-banqueiro. Segundo o levantamento da PF, o perito teve acesso ao material extraído do telefone de Vorcaro em 1º de dezembro e, poucos dias depois, montou os dois arquivos reunindo trechos que mencionavam os ministros.

Depoimentos de policiais federais no caso indicam que o perito trabalhava de forma remota, a partir de Rondônia, onde é lotado. Um desses relatos apontaria que, em 5 de dezembro, Nabas enviou a colegas um arquivo em PDF sem

qualquer identificação, contendo mensagens do celular de Vorcaro. Na sequência, teria sugerido que o conteúdo fosse repassado à imprensa.

A equipe, segundo a PF, teria recusado a proposta. Mesmo assim, segundo os relatos colhidos pela corporação, Nabas teria voltado a insistir na divulgação. Diante de uma nova recusa, enviou um segundo arquivo, também sem identificação, desta vez reunindo informações sobre Toffoli e a ex-esposa. A insistência se explica pelo fato da decisão de investigar ministros ser uma questão mais política que técnica, que provavelmente dificilmente avançaria se o caso ficasse em sigilo.

O que estaria nos documentos

O material sobre Moraes teria concentrado um apanhado de mensagens e citações ao ministro

encontradas na extração de dados do aparelho de Vorcaro. Um dos pontos citados pela apuração envolve o contrato de R\$ 129 milhões do Banco Master com o escritório de advocacia de Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro. As tratativas desse contrato teriam sido enviadas pela própria advogada diretamente ao WhatsApp do ex-banqueiro.

Já o arquivo relacionado a Toffoli reuniria dados sobre negócios de sua ex-mulher e da família dele, com destaque para a participação no empreendimento turístico de luxo no Paraná. Parte dessas informações teria, inclusive, sido usada posteriormente pela própria Polícia Federal para fundamentar um pedido de suspeição contra o ministro perante o STF. À época, Toffoli era relator do caso Master e chegou a determinar que todos os materiais apreendidos na Compliance

Zero fossem lacrados e direcionados ao Supremo, limitando o acesso a apenas quatro peritos designados por ele.

Depois da recusa da equipe de colegas de Nabas em levar o conteúdo à imprensa, informações sobre o contrato da esposa de Moraes com o Master acabaram vindo a público. A cronologia dos fatos, como a criação dos arquivos, a sugestão de vazamento e a publicação posterior das informações, foi um dos elementos que levaram a Polícia Federal a suspeitar que o perito tivesse repassado o material sigiloso a jornalistas.

Diante disso, a corporação cumpriu um mandado de busca e apreensão contra o perito em maio, sob suspeita de violação de sigilo funcional, e ele foi afastado da equipe responsável pela operação, perdendo acesso aos dados e materiais

apreendidos no caso. Ele está em liberdade e foi afastado da função pública, mas responde por vazamento ilegal de informações protegidas, tentativa de induzir colegas ao crime e aliciamento interno e quebra de protocolo.

A PF disse que jornalistas não são alvo dessa apuração e o que está sob investigação seria a conduta do servidor público que teria organizado e repassado as informações, não o trabalho da imprensa que publicou o conteúdo.

A defesa e os ministros citados

Procurados, os advogados que representam João Nabas não se manifestaram sobre o caso até a publicação da reportagem. O espaço segue aberto. Os ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli também foram procurados, mas nenhum deles

comentou o assunto. Segundo fontes a par das apurações, em janeiro, quando criticou o trabalho da PF na condução das investigações, o ministro Dias Toffoli, ainda relator do caso Master, teria tido conhecimento do suposto dossiê e do seu vazamento.

O contexto: a Operação Compliance Zero

O episódio dos arquivos é um desdobramento da Operação Compliance Zero, deflagrada em nove fases pela Polícia Federal desde novembro de 2025 para apurar um esquema bilionário supostamente de fraudes envolvendo o Banco Master. As investigações começaram em 2024, a partir de uma requisição do Ministério Público Federal, e miram o uso de estruturas do mercado de capitais para desviar recursos e mascarar prejuízos do banco.

Vorcaro chegou a ser preso duas vezes ao longo do processo, a primeira quando se preparava para embarcar para o exterior, em novembro, e a segunda em março, na terceira fase da operação. Ele segue detido desde então. Ao longo dos meses seguintes, a investigação avançou sobre diferentes frentes: o uso de fundos de investimento para comprar ativos sem valor real, o pagamento de subornos a políticos, a atuação de um grupo de hackers a serviço do banqueiro e a suspeita de que Vorcaro mantinha uma milícia particular para intimidar desafetos, incluindo um jornalista.

A única frente na qual não houve avanço nas apurações corresponde justamente à das supostas ligações de ministros e autoridades do Poder Judiciário com o ex-banqueiro.

Nomes como os dos senadores Ciro Nogueira, presidente do PP, e Jaques Wagner, ex-líder do governo Lula no Senado, do ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa e do ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL) entraram na mira de fases da operação, em meio a suspeitas de recebimento de valores e uso de fundos de previdência de servidores públicos para aplicações no banco.

Toffoli já havia reclamado da atuação da PF no caso

O episódio dos dossiês não foi o único momento de tensão entre o ministro Dias Toffoli, enquanto relator do caso Master no STF, e a Polícia Federal. Em janeiro deste ano, ao autorizar uma etapa de buscas contra Vorcaro e pessoas ligadas a ele, Toffoli criticou publicamente o que considerou

uma demora da corporação em cumprir medidas cautelares que ele próprio havia determinado.

Segundo o ministro, ele havia fixado um prazo de 24 horas, a partir do dia 12 de janeiro, para o cumprimento das medidas, o que não teria ocorrido dentro do previsto. Toffoli chegou a afirmar, em sua decisão, que a demora poderia permitir que investigados destruíssem provas relevantes para o caso, e atribuiu à PF a responsabilidade por eventuais prejuízos à apuração decorrentes do atraso.

Meses depois, surge a informação que um perito ligado à força-tarefa teria produzido dossiês informais sobre o ministro e sobre Alexandre de Moraes, o que segundo a corporação fugiria do escopo original da apuração sobre o Banco Master.

Foro privilegiado limita atuação da PF sobre ministros

Ministros do STF só podem ser formalmente investigados pela Polícia Federal mediante autorização do próprio Supremo. Por causa do foro por prerrogativa de função, qualquer diligência ou inquérito que envolva esses magistrados precisa ser protocolado no próprio tribunal e conduzido sob a relatoria de um dos ministros da Corte. Nesse caso, por se tratar do caso Master, a decisão muito provavelmente teria de vir do atual relator, André Mendonça.

Segundo fontes a par das apurações, esse detalhe ajudaria a explicar por que a atuação do perito, ao reunir informações sobre Moraes e Toffoli fora do âmbito formal de uma investigação autorizada, foi tratada como um desvio de conduta grave

dentro da corporação. O material teria sido produzido e potencialmente divulgado sem respaldo institucional para apurar a conduta dos ministros.

Com o afastamento de Nabas da equipe e a abertura de inquérito específico sobre o vazamento, a expectativa é que a Polícia Federal aprofunde a apuração sobre a origem e o destino final dos dois arquivos, além de eventuais outros conteúdos que possam ter sido extraídos do celular de Vorcaro fora do escopo autorizado da Operação Compliance Zero.

João Cláudio Nabas se especializou em investigar crimes financeiros

Nabas é perito criminal federal com cerca de duas décadas de atuação na PF. Formado em

Engenharia Civil pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), desenvolveu carreira voltada à investigação de crimes financeiros, fraudes em investimentos, contabilidade forense e perícias econômicas. Ele também atuou como chefe do Núcleo Técnico da Polícia Federal em Vilhena (RO) e como instrutor em cursos especializados sobre fraudes em regimes próprios de previdência e fundos de investimento. Em suas redes sociais, Nabas também já teria compartilhado publicações de figuras ligadas à Operação Lava Jato e a parlamentares, fato mencionado em reportagens sobre sua trajetória pública.



[Voltar ao índice](#)



Após mudanças tímidas em 2019, cresce a pressão para nova reforma que enfrente o sistema de proteção social das Forças Armadas (Foto: Joédson Alves/Agência Brasil)

Rombo bilionário

Previdência das Forças Armadas entra na mira de nova reforma

Por Rose Amantéa

O debate sobre uma nova reforma da Previdência apresenta um consenso entre os principais

formuladores de propostas: a necessidade de revisar o Sistema de Proteção Social dos Militares – que engloba membros da Aeronáutica, do Exército e da Marinha. Economistas, especialistas em contas públicas e integrantes de grupos que discutem mudanças para o próximo governo avaliam que não será possível tornar o sistema de aposentadoria sustentável sem promover um ajuste que inclua as Forças Armadas. Militares da reserva, reformados e pensionistas representam menos de 3% dos beneficiários dos regimes previdenciários federais, mas o sistema responde por cerca de 12% de todo o déficit previdenciário da União.

Os dados consolidados mais recentes são de 2024. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), o Sistema de Proteção Social dos Militares registrou prejuízo de R\$ 52,3 bilhões, com

despesas de aproximadamente R\$ 61,5 bilhões e receitas de R\$ 9,2 bilhões, diferença coberta pelo Tesouro Nacional. Para 2026, o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) estima déficit de R\$ 20,3 bilhões apenas para o regime de pensões militares. O cálculo considera exclusivamente os valores pagos aos dependentes de militares falecidos, enquanto o indicador do TCU abrange todo o sistema, incluindo militares da reserva e reformados.

O desequilíbrio também aparece no custo médio por beneficiário. Dados do TCU indicam déficit anual de aproximadamente R\$ 159 mil por militar inativo ou pensionista, ante cerca de R\$ 69 mil no regime próprio dos servidores civis e R\$ 9,4 mil no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), administrado pelo INSS. Na prática, cerca de 85%

dos recursos que financiam o sistema militar vêm diretamente do Tesouro Nacional.

Militares passaram quase ilesos pela Reforma da Previdência de 2019

Hélio Zylberstajn, professor sênior da Universidade de São Paulo e especialista em mercado de trabalho e Previdência, lembra que a categoria passou praticamente ilesa pela reforma da Previdência do governo Jair Bolsonaro (PL). "Os militares passaram por uma reforma 'light' em 2019", diz. Enquanto as mudanças aprovadas instituíram idade mínima para aposentadoria, ampliaram o tempo de contribuição e alteraram as regras de cálculo dos benefícios para trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos civis, os militares seguiram caminho diferente.

A legislação específica elevou de 30 para 35 anos o tempo mínimo de serviço, aumentou gradualmente a alíquota de contribuição de 7,5% para 10,5% e promoveu ajustes pontuais nas regras de pensão. Ao mesmo tempo, reestruturou as carreiras e ampliou os adicionais pagos à categoria, preservando a maior parte da estrutura do sistema de proteção social.

A reforma estimava economia próxima de R\$ 1 trilhão com as mudanças no regime geral e no funcionalismo civil. No caso dos militares, porém, o impacto líquido ficou em torno de R\$ 10 bilhões, resultado reduzido pela reestruturação simultânea das carreiras. "Perdemos uma ótima chance de rediscutir o sistema de proteção social dos militares das Forças Armadas", afirma Luís Eduardo Afonso, professor da Faculdade de

Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP).



Nova reforma da Previdência terá de ajustar sistema de proteção social dos militares, dizem economistas. (Foto: Ilustração Gazeta do Povo - com DALL-e)

Militares passam à reserva com apenas 48 anos, em média

Embora o crescimento das despesas obrigatórias reduza a capacidade do Estado de financiar o sistema, as Forças Armadas argumentam que as características da carreira militar — como dedicação exclusiva, disponibilidade permanente,

mobilidade compulsória, proibição de sindicalização e risco inerente à profissão — justificam tratamento diferenciado.

Para os economistas, porém, essas características não eliminam a necessidade de discutir a sustentabilidade financeira do sistema. "Sabemos que há especificidades na carreira militar, mas esse assunto tem de ser enfrentado", diz Afonso. Uma das peculiaridades que ajudam a explicar o crescimento das despesas é a idade de passagem para a reserva. Levantamento do Tribunal de Contas da União, baseado em quase 34 mil transferências, mostra que cerca de 55% dos militares brasileiros deixam a ativa entre 45 e 50 anos. Ou seja, uma idade média de 48 anos, muito inferior à idade mínima hoje exigida para trabalhadores da iniciativa privada e servidores civis.

O estudo aponta outro fator que pressiona o financiamento da Previdência: cerca de 20% dos militares permanecem mais tempo na reserva do que em atividade, reflexo do aumento da expectativa de vida nas últimas décadas. "Essa questão é um vespeiro. Delicado, complicado e difícil. Mas adiar o debate apenas transfere o problema para o futuro", afirma Zylberstajn.

Experiência internacional aponta caminhos

Para Zylberstajn, o desafio tende a se agravar com o envelhecimento da população, fenômeno que não é exclusivo do Brasil. "Outros países fizeram reformas nos seus sistemas de aposentadoria, algumas muito mais radicais do que a nossa". Na avaliação do economista, a experiência internacional demonstra que é possível preservar regimes próprios para as Forças Armadas e, ao

mesmo tempo, adaptá-los ao aumento da expectativa de vida e à pressão sobre as contas públicas.

Nos Estados Unidos, por exemplo, reformas reduziram o percentual da remuneração destinado aos novos militares da reserva. Reino Unido, Alemanha e outros países europeus também elevaram gradualmente a idade para a passagem à reserva, acompanhando o envelhecimento da população e o aumento das despesas previdenciárias.

Especialistas em Defesa também defendem rever o sistema

A revisão da Proteção Social dos Militares também passou a integrar propostas formuladas por especialistas em Defesa. Enquanto

economistas defendem mudanças para conter o crescimento das despesas obrigatórias, o grupo argumenta que a expansão dos gastos com inativos compromete a capacidade operacional das Forças Armadas ao reduzir os recursos destinados à atividade-fim.

O diagnóstico integra o documento Estrada para o Futuro – Uma Colaboração para as Campanhas Presidenciais, coordenado pelo ex-presidente Michel Temer para subsidiar o debate das eleições. Entre os autores está o ex-ministro da Defesa Nelson Jobim. O texto propõe reduzir gradualmente a participação das despesas com militares da reserva e pensionistas no orçamento para ampliar os investimentos em pessoal da ativa, equipamentos, infraestrutura, pesquisa e modernização tecnológica.

Proposta que cria regras mais rígidas segue parado no Congresso

Um projeto para alterar o Sistema de Proteção Social dos Militares – a principal iniciativa neste sentido desde 2019 – tramita no Congresso desde o fim de 2024.

Encaminhado pelo governo federal como parte do pacote de contenção de despesas do Ministério da Fazenda, o Projeto de Lei nº 4.920/2024 estabelece idade mínima de 55 anos para a transferência à reserva remunerada, cria uma regra de transição até 2031 e altera dispositivos da Lei de Pensões Militares. A proposta ainda aguarda despacho da Presidência da Câmara para iniciar sua tramitação nas comissões.

O projeto também extingue a chamada "morte ficta", que assegura pensão à família de militares expulsos das Forças Armadas, e acaba com a transferência de cotas de pensão para parentes de segunda ordem, como pais e irmãos.

Segundo o governo, o conjunto das medidas deverá gerar economia de aproximadamente R\$ 2 bilhões por ano quando estiver integralmente implementado. O impacto, entretanto, permanece limitado diante do déficit de R\$ 52,3 bilhões registrado pelo sistema em 2024. Mesmo plenamente implementada, a economia estimada representaria menos de 4% desse valor.

Na avaliação de Luís Eduardo Afonso, da FEA-USP, o projeto representa um avanço por recolocar o tema na agenda política, mas preserva praticamente toda a estrutura

responsável pelo elevado custo do sistema. "É um passo importante porque recoloca o tema em discussão, mas dificilmente encerra o debate sobre a necessidade de uma nova reforma", resume o economista.

Procuradas pela Gazeta do Povo, as Forças Armadas confirmaram o recebimento dos questionamentos, mas não encaminharam resposta até o fechamento desta reportagem. O espaço permanece aberto.



[Voltar ao índice](#)



Sérgio Fagundes, fundador da Insight Energy (Foto: Giovana Chiquin/Insight Energy)

Sérgio Fagundes

Ex-catador de papelão empreende e cria negócio que fatura R\$ 100 milhões

Por Diógenes Freire Feitosa

Na década de 80, uma reportagem da Rede Globo

registrou um menino de 10 anos catando papelão nas ruas de Londrina, no norte do Paraná. Enquanto adultos relatavam as dificuldades da vida, o pequeno Sérgio Fagundes sorria para a câmera e já alimentava uma convicção: seus futuros filhos não passariam pelas mesmas privações que ele enfrentava.

Mais de 40 anos depois, o notebook quebrado com que ele fundou a Insight Energy deu lugar a uma operação que projeta faturar R\$ 100 milhões em 2026. A empresa atua em um nicho tecnológico restrito, fabricando e reparando grandes geradores para hidrelétricas e termelétricas, como as de Itaipu e Tucuruí, e atende gigantes como Petrobras e Copel.

Hoje, aos 54 anos, ao rever as imagens daquela entrevista, Sérgio identifica o que chama de "ponto de virada" em sua mentalidade. Na mesma reportagem, um senhor também era entrevistado enquanto catava papelão, mas sua postura era o oposto da de Sérgio. "Ele parecia atropelado pela vida, murmurando e arrasado", recorda o empresário. "Ali eu entendi a diferença entre quem se vitimiza e quem encara a situação como um desafio passageiro", diz.

Do mingau de fubá à engenharia

A vida de Sérgio Fagundes mudou drasticamente em 1975, quando a "geada negra" destruiu os cafezais paranaenses e empurrou sua família do campo para as incertezas da cidade. Filho mais velho de sete irmãos, ele conheceu a fome de perto. Em muitos dias o jantar se resumia a um

mingau de fubá com água. Aos oito anos, começou a catar papelão para ajudar os pais no sustento da família. Enquanto outras crianças brincavam, Sérgio trabalhava e observava o padrão de vida de vizinhos cujos pais eram eletricitas. Foi então que decidiu que aquela profissão seria sua porta de saída da pobreza e passou a investir no aprendizado de um ofício que enxergava como uma oportunidade real de ascensão social. Ao longo dos anos, concluiu diversos cursos profissionalizantes, a maioria deles no Senai. Trabalhou 20 anos em uma única empresa, onde entrou como auxiliar e saiu como engenheiro elétrico.

O empresário lembra que a sua graduação também foi uma prova de perseverança. Durante sete anos, ele destinou metade do salário ao pagamento das mensalidades da faculdade,

enquanto dividia com a esposa e os filhos uma casa de apenas 40 metros quadrados. Diante das dificuldades, repetia uma promessa que se tornou seu mantra nesse período: “Vamos viver de pão e água, mas eu vou me formar”. Dessa trajetória, Sérgio carrega histórias como a de Romildo, que começou como auxiliar de oficina no mesmo dia que ele, em 1990, e hoje é um bobinador qualificado – e um dos mais comprometidos – de sua empresa.

Furando a bolha das multinacionais

Em 2010, Sérgio Fagundes deu o salto mais arriscado: deixou a estabilidade do emprego para fundar a Insight Energy. Com um notebook velho e um plano de negócios de apenas duas páginas, ele decidiu entrar em um nicho tecnológico extremamente restrito, dominado por gigantes

globais como Andritz, GE e Voith. A Insight Energy especializou-se em grandes máquinas geradoras de energia, atendendo clientes do porte de Petrobras, Copel e diversas siderúrgicas. Hoje, a empresa é a única brasileira com capacidade técnica para competir nesse mercado.

O sucesso despertou o interesse da WEG, a maior empresa do setor no Brasil, que tentou adquirir a Insight em 2024 para acessar esse nicho específico. O negócio não foi fechado porque, apesar do crescimento explosivo, a empresa de Sérgio ainda não possuía a estrutura de governança exigida para uma auditoria internacional — um "erro" de gestão que ele está corrigindo agora.

Para o empresário, empreender no Brasil é como tentar atravessar um rio de correnteza forte sem saber nadar. Ele critica duramente a falta de educação administrativa e financeira nas escolas brasileiras, o que leva muitos talentos ao fracasso por desconhecerem as áreas jurídica e tributária.

Apesar de ter movimentado cerca de R\$ 300 milhões nos últimos cinco anos, Sérgio Fagundes faz questão de enfatizar que faturamento não se confunde com lucro. Segundo ele, boa parte dos recursos apenas transitou pelas contas da empresa para custear impostos, fornecedores e uma folha salarial milionária. O empresário classifica o sistema tributário como um "manicômio" que sufoca o crescimento. Entre os desafios enfrentados pelas empresas, ele destaca as multas aplicadas em caso de atraso no pagamento de parcelamentos tributários.

Segundo Sérgio, uma cobrança de 20% sobre o valor devido é suficiente para desequilibrar o caixa e comprometer a sustentabilidade financeira de muitos negócios.

Além disso, a precariedade da infraestrutura nacional impõe custos logísticos elevados. Sérgio compara o Brasil com potências como China e EUA, onde já visitou fábricas como a da Tesla. Para ele, a tecnologia brasileira é competitiva, mas o "custo Brasil" trava o país no terceiro mundo.

Sérgio também combate a visão cultural brasileira que demoniza o empresário. "O lucro significa estabilidade para o profissional. Se a empresa é sólida, o funcionário trabalha com segurança", defende. Com uma folha de pagamento de R\$ 2 milhões mensais, ele ressalta

que seu sucesso não é individual: "No fim das contas, não são 300 funcionários, são no mínimo 300 famílias que dependem da nossa gestão". Atualmente, o empresário conduz um processo de transformação interna para tornar a Insight Energy uma empresa alinhada às melhores práticas de governança e apta a passar por auditorias independentes. Ele entende que para o Brasil se tornar um país de primeiro mundo, o Estado precisa pavimentar o acesso com infraestrutura e educação, mas o empresário não pode esperar. Sua mensagem para quem deseja seguir seus passos tem a ver com sua própria essência, de quem começou com nada e construiu uma empresa de alcance nacional: "Acredite nos seus sonhos, descubra sua vocação e aprenda para empreender".



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- **Governo Lula transforma Itamaraty em palanque eleitoral com declaração sobre ação militar dos EUA**
- **Seis soluções para moralizar o STF**
- **População de rua no Brasil dobra após três anos e meio de Lula**
- **Quem são as sete mulheres cotadas para ser vice de Flávio Bolsonaro**
- **Ferramenta de IA do governo se “rebela” e critica programa que deveria defender**
- **A esquerda encontra mais um inimigo imaginário: o “racismo científico”**

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice